





aponta para a importância da proximidade e/ou aproximação ao centro histórico, sem que nele se viva, mas que dele se usufrua. Assim, o anel periférico consolida-se de frente para as “costas da Cerca Nova” e para o “fosso” que a circular das muralhas inevitavelmente forma.

Os vazios existentes, até então ocupados por hortas e quintas que faziam também parte de um legado patrimonial, deram lugar a zonas urbanizadas, onde são exemplo o loteamento da Quinta da Horta da Porta (2001-2004)<sup>18</sup>, a Urbanização na Horta dos Telhais (2005-2006)<sup>19</sup>, o condomínio situado no antigo PIC da Câmara Municipal de Évora<sup>20</sup> e os projectos propostos do Centro Comercial “Fórum Évora”<sup>21</sup>, e da revalorização do espaço adjacente à Porta de Avis<sup>22</sup> e, com maior abrangência, o Plano de Pormenor dos Leões<sup>23</sup>.

No desenvolvimento estratégico de crescimento urbano da Cidade de Évora, o Plano de Pormenor dos Leões (área envolvente à antiga Fábrica dos Leões) abrange actualmente a maior frente de expansão da cidade de Évora, com cerca de 190 ha, na proximidade do centro histórico. Pretende-se com o Plano, inverter o processo de ocupação descontínua do território, orientado, na generalidade, por limites cadastrais dos terrenos pré-existentes e planear este fragmento de cidade no todo.

O estudo preliminar do Plano de Pormenor proposto pela CPU Arquitectos e Urbanistas Lda. procura, segundo o Relatório de Mérito do Estudo Prévio, garantir um método de crescimento contínuo inserindo-se na «coroa envolvente do CH<sup>24</sup> do lado norte, com os objectivos específicos de contribuir para a revitalização da cida-

18 Gonçalo Byrne Arquitectos

19 Gonçalo Byrne Arquitectos

20 Projecto do Arq. Júlio Jacinto (em fase de execução)

21 Projecto de CPU Arquitectos & Urbanistas Lda.

22 Projecto do Atelier Risco (Manuel Salgado e associados)

23 Projecto de CPU Arquitectos & Urbanistas Lda.

24 centro histórico

96 de antiga e de integrar na estrutura urbana os bairros situados a norte da cidade»<sup>25</sup>. No fundo, pretende-se densificar para integrar descontinuidades, e articular os bairros habitacionais da envolvente, na estrutura urbana da restante cidade, “aproximando-os” do centro. Acresce ainda o facto de o Plano prever esta área como extremamente atractiva à implantação de empresas, serviços e outras actividades, em alternativa a outras zonas periféricas da cidade, nomeadamente o parque industrial (PITE), que actualmente concentra em si, condições para a fixação de actividades

«que pela sua necessidade de espaços de maior dimensão ou por efeitos de zonamentos urbanísticos redutores não encontram alternativa de localização no CH ou na sua contiguidade. (...) Uma área lúdica e comercial, completada por uma vasta área de uso misto, abre amplas possibilidades de expansão da Área Central de Negócios localizada no CH, reforçando e ampliando a sua centralidade»<sup>26</sup>

Ora, o que se verifica ao longo das últimas décadas de expansão periférica, é precisamente o contrário. A criação de novas centralidades e zonamentos, tem interagido no processo de retracção do cristalizado centro histórico, porque as estratégias de crescimento periférico, na sua generalidade, não se encontram integradas com políticas interventivas da Cidade Histórica.

Na memória descritiva do Plano de Pormenor dos Leões, pode ainda ler-se que, no Bairro da Porta de Avis, pretende-se criar

«uma forte condição de centralidade, capaz de “competir” com a atractividade e multifuncionalidade do centro histórico tradicional, e passível de gerar fluxos pedonais a partir da cidade intra-muros.»<sup>27</sup>

25 in Relatório de Mérito, Estudo prévio – Plano Pormenor dos Leões. Évora 29/4/2009

26 Idem

27 Memória descritiva do Plano de Pormenor dos Leões, ponto 4,2; CPU Arquitectos & Urbanistas Lda.

Esta forte condição de centralidade será efectivamente gerada pelo novo CENTRO Comercial<sup>28</sup> de dimensões regionais e pela requalificação da área adjacente à Porta de Avis, apelidada de “Docas Secas” (englobado numa segunda fase do programa Polis), ambos projectados para esta área, e que tendencialmente irão exercer grande poder de atracção na Cidade no que diz respeito a actividades comerciais e de lazer.

A proposta urbanística do Plano de Pormenor, procura retomar «valores da cidade antiga como a mistura funcional, mas que incorporem o automóvel como elemento inevitável da mobilidade»<sup>29</sup>, ainda que ligações pedonais sejam desenvolvidas e potenciadas pela proximidade ao centro histórico. Neste Plano foi ainda englobado a extensão da circular externa, perspectivando o seu desenvolvimento e ligação ao troço sul, e na zona Norte propõe-se a

«implantação de um de um conjunto de equipamentos culturais, nomeadamente bibliotecas (pública e municipal) e arquivos (municipal e distrital) designado por Parque do Conhecimento e de Cultura Frei Manuel do Cenáculo, enquadrado por uma ampla área de Parque urbano»<sup>30</sup>.

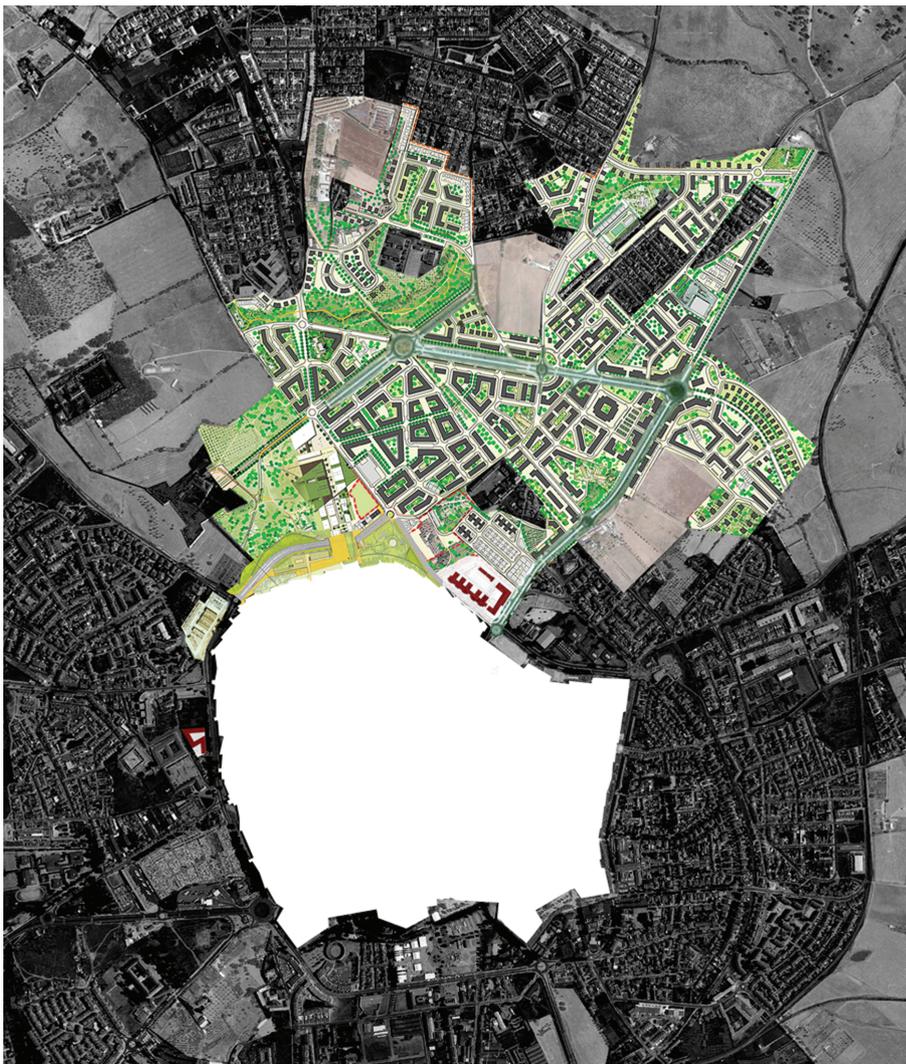
A importância da imagem do centro histórico é algo que, segundo o Plano de Pormenor dos Leões, e em conformidade com o previsto no PDM (Plano Director Municipal) e PUE (Plano Urbano de Évora), é aqui potenciado, «(...) de forma a fruição do *skyline* a partir das vias de aproximação à Cidade, deixando visível a imagem da cidade antiga a partir do topo das muralhas(...)»<sup>31</sup>. Conclui-se então,

28 Um estudo de “Avaliação dos impactos dos Centros Comerciais na cidade de Évora”, da Universidade de Lisboa, pela Dra. Teresa Barata Salgueiro conclui que a solução mais indicada para Évora seria a construção de um único centro comercial regional, em local cuja distância ao centro da cidade não seja superior a 15 minutos a pé.

29 in Relatório de Mérito, Estudo prévio – Plano Pormenor dos Leões. Évora 29/4/2009

30 Memória descritiva do Plano de Pormenor dos Leões, CPU Arquitectos & Urbanistas Lda.

31 in Relatório de Mérito, Estudo prévio – Plano Pormenor dos Leões. Évora 29/4/2009



43 Planeamento do Sector Norte da Periferia da Cidade de Évora

Tratamento gráfico a partir de foto aérea da década de 90, com introdução do Plano de Pormenor dos Leões, Plano de Intervenção das Portas da Lagoa, Projecto do Centro Comercial Regional, Loteamento da Horta da Porta, Loteamento da Horta dos Telhais, Loteamento no antigo PIC da C.M. Évora, Troço Norte da 2ª Circular, Fonte da foto aérea : IGEO

que se enaltece, no planeamento da Cidade, a imagem iconográfica do centro histórico como factor de qualificação e valorização do espaço periférico. Contraditoriamente, esse mesmo Centro que serve de referência urbana e identitária à cidade, envolta no seu valor patrimonial, continua em processo de esvaziamento, envelhecimento e empobrecimento, embora se preconize em cada plano, estratégias de ligação e prolongamento deste singular Centro amuralhado.

O Arq. Álvaro Siza, em declarações no debate aberto “ganhar Évora como Cidade de Cultura” promovido pela CDU no início de 2009, refere que

«É urgente não encher a periferia com mais construções»<sup>32</sup>,

sobredimensionando-a em relação aos fluxos populacionais. “Politiquismos” à parte, Álvaro Siza tem consciência que a saída constante de serviços, comércios e habitantes aumentará o processo de abandono da Cidade Histórica, sendo importante reconsiderar os recursos disponíveis na Cidade e tirar partido deles.

---

32 Fonte: Jornal “REGISTO”, 02 de Fevereiro de 2009 p.3 ANEXO 1



## 4.2

# HERANÇA PATRIMONIAL

«(...)O tempo é construtor de cidade.»

*Álvaro Siza*

101

No que à consciência patrimonial diz respeito, é certo que o processo de crescimento da cidade, tendências e vontades, têm sofrido diferentes fases de enquadramento, gestão e visões de conjunto. O que a cidade é hoje, e igualmente o que não é, deve-se em muito ao modo como se tem lidado com a problemática da conservação, reabilitação, readaptação do património a novas possibilidades, e ainda aos constrangimentos que o peso de tal herança nos cria. Álvaro Siza refere que

«existe um medo na arquitectura. Na arquitectura de hoje é difícil criar património porque perante o património anterior a ideia de toda a gente, quase, muitas vezes de quem decide, é que se vai estragar, e, por outro lado, porque existem receios em relação aos monumentos. Como se eles não se fossem através dos séculos desenvolvendo, acrescentando e ampliando... e como se hoje fosse uma época maldita em que nada se pode acrescentar porque vai estragar.»<sup>1</sup>

Contida e cercada entre as muralhas, a cidade de Évora encerrava em si um vasto legado patrimonial que despertou desde cedo grande encanto entre ilustres estrangeiros e portugueses, que lhe valeu o título de “Cidade Museu”. Talvez por esta razão, a consciência da importância do legado patrimonial da cidade de Évora, surja com maior presença no início do séc. XX, despertando a necessidade de preservação da cidade, que na altura se resumia ao sector intra-muros. Outra das motivações deveu-se ao processo de transformação da cidade, numa altura em que se realizaram diversas intervenções que levaram à destruição de algumas estruturas, aquando se procurou readaptar a cidade a novas necessidades urbanas. Maria Fernandes refere que em 1900,

---

<sup>1</sup> Álvaro Siza referindo-se ao seu projecto da Biblioteca da Universidade de Évora e às impossibilidades criadas pela vincada condição patrimonial da cidade de Évora

102 «a cidade era um fervilhar de alterações e transformações que balançavam entre a destruição de edifícios históricos moribundos e a construção de novos equipamentos e espaços públicos, ao gosto liberal e burguês de então.»<sup>2</sup>

Este período correspondeu, conforme referido anteriormente, à chegada pessoas provenientes de meios rurais que se iam instalando e adaptando o espaço urbano, ampliando o casario, modificando a caracterização urbana. Resultou no desaparecimento de inúmeros edifícios religiosos centenários, de grande valor histórico e artístico, e no preenchimento sucessivo de espaços intersticiais sobran-tes no interior das muralhas.

No último período monárquico, foi pela primeira vez publicada uma lista de monumentos classificados a preservar, e genericamente esta tendência reducionista do conjunto patrimonial manteve-se nas décadas seguintes, apenas atenuada devido à criação espontânea do movimento Defesa de Évora ou do Grupo Pró-Evora que tem zelado, pela defesa do património histórico, propondo e desenvolvendo acções de intervenção e restauro, recuperação, classificação de edifícios, e sensibilizando a população para a importância do conjunto urbano que a cidade de Évora representa. Esta Associação foi criada já durante a primeira República Portuguesa, como oposição a desgovernadas e permissivas acções individuais e municipais, que por desconhecimento, consentiram a destruição de alguns edifícios e monumentos que descaracterizaram a cidade. O valor patrimonial e histórico eborense, como afirma Professor Paulo Rodrigues, concentrava-se assim, nos edifícios que marcavam importantes períodos de ocupação da cidade e reflectiam a história da pátria, cronologicamente assinalados desde a época romana, com o exemplar de Templo Romano, até ao séc. XVI, período onde a cidade se havia dotado de prestigiantes obras públicas, devido à presença da corte nos reinados

---

2 FERNANDES 1998:144

de D. João II, D. Manuel I e D. João III. Fora deste grupo ficavam todos os edifícios cuja imagem não se reconhecesse como exclusiva de um período, ou que se desenhadassem de estereótipos arquitectónicos da Évora daquele tempo.

No final do séc. XIX e nas décadas seguintes, tal como em todo o país, com a extinção das ordens religiosas, muitos foram os conventos e extensas cercas destruídas<sup>3</sup>, total ou parcialmente para dar lugar a novos edifícios que ocuparam, quase na sua totalidade, os largos hectares desobstruídos ou tão simplesmente para ganhar espaço público e alargar artérias urbanas. A separação da Igreja do Estado, imposta pelo primeiro Governo Republicano trouxe novas responsabilidades à gestão patrimonial, e por impossibilidades orçamentais da administração pública, muitos foram os conventos vendidos e doados, readaptados e refuncionalizados, a troco da sustentabilidade dos mesmos. Caso contrário teriam sido

«certamente abandonados à ruína ou vendidos por sucessivos governos sem meios financeiros para os manter (...) [ou] (...) demolidos para permitir a introdução de melhoramentos (ampliar ruas e abrir praças) ou a instalação de equipamentos urbanos»<sup>4</sup>.

Muitas dessas estruturas devem a sua sobrevivência a esta emergência pública e governativa. Provas disso foram os destruídos conventos de S. Domingos que deu lugar à actual Praça Joaquim António de Aguiar e à construção do Teatro Garcia de Resende, o desaparecido Convento de Sta Catarina, o Convento do Paraíso e o Convento de Sta Mónica, por medidas de desdensificação da malha urbana, melhorando as condições de salubridade, ou para permitir a expansão da cidade encolhida entre as Muralhas.

<sup>3</sup> Em 1900 foram destruídos o Convento de Santa Mónica e o Convento de Santa Catarina de Sena. Em 1902 foi demolido o convento do Paraíso.

<sup>4</sup> RODRIGUES s/d:56

<sup>104</sup> Durante o Estado Novo, sob a orientação da DGEMN, a ideia de património, e sobretudo a sua intervenção, num contexto marcadamente nacionalista, tratou os monumentos de forma cenográfica. As obras efectuadas, visavam completar, consolidar, ou fazer representações estilísticas, em muitos casos, destruindo envolventes para notabilizar a importância, rodeando-os de holofotes que perpetuassem e evidenciassem a sua presença, elevando os valores patrimoniais e nacionais ao mais alto nível. O restauro visava devolver a beleza original, limpando os acrescentos, à excepção de situações de valor patrimonial reconhecido. Caso disso em Évora foram a limpeza efectuada no exterior da muralha fernandina, destruindo casario e pequenos bairros operários que se haviam adossado à muralha, e procedendo à consolidação e reconstituição de alguns troços em ruína (obras que duraram até à década de 80); as intervenções na sala dos actos do colégio do Espírito Santo ou o restauro da Sé de Évora. Outros exemplos mais paradigmáticos referem-se nas décadas de 50 e 60, à reconversão do convento dos Lóios a Pousada e a reabilitação e adaptação do Convento da Graça a Messe de Oficiais, reprogramando novamente edifícios às necessidades da época.

Entre 1930 e 1975, conforme afirma Maria Fernandes, foi o período em que se deu maior atenção e mais se investiu na revalorização do património construído. Questionando ou não a natureza das intervenções realizadas, muito da cidade só o é hoje devido a estas acções.

Na década de 30,

«o município deu início igualmente a uma política de controlo das alterações nos edifícios, tendo como objectivo a manutenção da imagem urbana tradicional, numa óptica de valorização das ambiências pitorescas, dos tipicismos»<sup>5</sup>,

---

5 OLIVEIRA 2003:14

e procedendo à alteração de alguns edifícios ou fachadas, uniformizando a imagem arquitectónica do conjunto. Foi igualmente regulamentado pela primeira vez no denominado Regulamento Geral de Construção Urbana para a Cidade de Évora, normas rígidas de construção, no que se refere a tipologias, materiais, acabamentos e cores, com efeitos de valorização turística. Com isto o «município, através de meios persuasivos à sua disposição, moveu uma verdadeira campanha de perseguição aos imóveis que vinham ao arrepio do gosto tradicional»<sup>6</sup>, impondo modelos definidos no documento, como são caso disso a fachada do Teatro Garcia de Resende ou mesmo edifícios num todo, como a filial dos Armazéns do Chiado, que deu lugar ao actual edifício do Banco Montepio Geral na Praça do Giraldo, entre outros exemplos.

O Plano Urbanização de 1942 de Etienne De Gröer, elaborado pelo Atelier Conceição Silva, em 1975, e a autonomização do poder local após o 25 de Abril, construíram diversas posições em relação à construção da cidade o seu património.

A elaboração do primeiro PDM contemplava um exaustivo estudo de levantamento e inventariação patrimonial do conjunto de elevada importância para o conhecimento da cidade, muito embora, durante essa década, tal estudo tenha surtido pouco efeito na programação de acções do município nesta matéria. Viria contudo a ser indispensável para a «construção de um conjunto de muitas dezenas de acções que visavam dar prossecução a um sistema hierarquizado de objectivos»<sup>7</sup>. Conceptualmente, e através de instrumentos de gestão pioneiros no país, conforme já referenciado, deu-se visibilidade à condição patrimonial de conjunto urbano num todo. A imagem do conjunto urbano derivava de uma mistura de temporalidades, e portanto não deveria ser travestida pelas normas tradicionalistas e ficcionadas que o Estado Novo promovia. Por outro lado, conforme

6 FERNANDES 1998:152

7 SILVA 2007:188

<sup>106</sup> referido neste Programa de Recuperação do centro histórico, era uma prioridade que visava encontrar novas soluções de modo a melhorar a qualidade de vida da população e travar a acentuada perda populacional da velha cidade, passando por encontrar novas relações sociais, económicas e culturais deste legado patrimonial, conscientes da grande necessidade de recursos humanos, materiais e financeiros e do envolvimento de vontades que o processo carecia.

Este desenvolvimento teria, na opinião do poder municipal, que ser equacionado e delineado no desenvolvimento da cidade no todo, englobando os sectores emergentes, extra-muros. Para a elaboração e prática continuada do plano, foi criado o Núcleo de Recuperação do centro histórico que teria o objectivo de definir estratégias e acções integradas de revalorização. Entre as medidas de actuação definidas estavam,

«cursos de aperfeiçoamento em técnicas artesanais de construção e recuperação; criação de estaleiros experimentais para investigação e formação; criação de bolsas de habitação temporária, visando a viabilização de obras de recuperação; estudos de distribuição de sinal de televisão em alternativa às antenas individuais; estudo de integração de soluções de painéis solares; estudos de mobiliário urbano, sinalética, iluminação pública, etc.; criação de incentivos a projectos inovadores de arquitectura (...) integrados no centro histórico; parametrização de critérios de avaliação e conforto e salubridade dos fogos; caracterização dos edifícios, respectivo uso e propriedade; apoio a mecanismos de transferência de propriedade para recuperação de fogos; criação de um programa de casa para estudantes e para professores (com o apoio da Universidade de Évora); identificação dos fogos desocupados, passíveis de serem mobilizados para turismo de habitação»<sup>8</sup>,

e entre outras, a promoção da cidade e do seu património a nível Nacional e

---

<sup>8</sup> Idem

Internacional. Esta última medida levou a que, em 1986, o centro histórico de Évora fosse então classificado como Património da Humanidade pela UNESCO. Este título representa o reconhecimento do seu valor excepcional de séculos de construção, proporcionando benefícios sociais e económicos, devido em parte à visibilidade que a cidade obteve com o título, mas trouxe também um acréscimo de responsabilidade ao poder local, numa cidade que continuou sucessivamente em retracção populacional.

Estas medidas demonstravam uma nova visão do significado do conjunto patrimonial, e revelavam-se absolutamente pioneiras no modo como se encarava o património. Já em 1981, Nuno Portas, referindo-se à problemática do património legado no Centro das cidades portuguesas, afirmava que

«conservação não significa “congelamento” mas sim a defesa de estruturas, áreas ou até “cidades monumento” (...) que o merecem. Num sentido global, a reabilitação de cidades consiste na renovação continua das estruturas existentes, na construção passo a passo e no desenvolvimento das suas potencialidades encontrando para cada caso a solução mais indicada.»<sup>9</sup>

A Cidade de Évora parecia partilhar da mesma ideia.

Évora, parece sobretudo não ter-se rendido ao que muitas outras cidades se transformaram, uma espécie de cidade temática, orientada para o turista e quase exclusivamente para a exploração do património. Dotou-se de Serviços públicos, comércio e oferta turística necessária, acolheu a instalação da Universidade em edifícios emblemáticos, reformulou espaço público, mas no que se refere a uma posição mais audaciosa sobre a gestão e exploração do património e sobretudo no que à habitação diz respeito, não contornou ou investiu nas dificuldades lan-

---

9 PORTAS 1981:158

<sup>108</sup> çadas pelo constrangimento que o património efectivamente provoca na gestão municipal e sobretudo ao cidadão comum, que quer viver na cidade com os padrões de conforto e qualidade actuais. A cidade histórica cristalizou com o pretexto de que tudo é património e a sua imagem intocável “postalizou-se”, apesar de sucessivamente esvaziar-se de vida, e,

«nos centros, aquilo que é o património histórico, só sobrevive se tiver função»<sup>10</sup>.

Obviamente há um património imaterial que se perde com esta retracção populacional

O PUE - Plano Urbano de Évora e o PDM - Plano Director Municipal, constituem-se como os principais orientadores da posição do município em relação à salvaguarda e valorização do património<sup>11</sup>, definindo o conjunto de medidas restritivas às intervenções, reabilitações e acabamentos aplicáveis ao «(...) universo de espaços, conjuntos, edifícios ou elementos pontuais de relevante valor memorial, histórico ou arqueológico (...)»<sup>12</sup>, decretando quatro grandes conjuntos monumentais<sup>13</sup>; imóveis classificados, entre Monumentos Nacionais, Imóveis de Interesse Público e Imóveis de Valor Concelhio; Imóveis de valor patrimonial; Fachadas de valor patrimonial; Zonas verdes de Valor Patrimonial; Zonas de Vestígios Arqueológicos e elementos pontuais de valor patrimonial<sup>14</sup>.

<sup>10</sup> SILVA 2007:32

<sup>11</sup> Conforme PUE, entenda-se salvaguarda e valorização do património, a preservação do carácter e dos elementos determinantes que constituem a sua imagem, adaptando-a à vida contemporânea; e ao condicionamento das intervenções do espaço envolvente em benefício do conjunto.

<sup>12</sup> PDM 2007: 9

<sup>13</sup> centro histórico, Zona Verde Monumental, Zona de Urbanização n.º1, Bairro da Malagueira.

<sup>14</sup> Listagem patrimonial em ANEXO 2

Na teoria parecia haver todo o tipo de instrumentos, metodologias e ideologias reunidas para que se mantenha, por um lado a identidade iconográfica e riqueza patrimonial preservada, por outro, a possibilidade, ainda que com as necessárias e compreensivas restrições, da adaptação de edifícios a oportunidades e necessidades contemporâneas.

Fora a ocupação e adaptação por parte de organismos públicos, em muitos casos exemplar, a verdade é que parece que o cidadão comum, na sua particularidade não tem conseguido lidar com estas dificuldades, rendendo-se ao facilitismo promovido (em grande parte pelo município), pela construção de uma periferia livre dos constrangimentos e do peso patrimonial que o Centro transporta. A reabilitação, neste caso a criação de condições para os residentes da zona histórica (é essa a principal carência), não tem figurado nas prioridades de execução do poder local, não passando muitas vezes de planos, intenções e de intervenções ligeiras, ou desligadas dessa problemática.

Note-se ainda que a detenção de inúmeros imóveis por parte de colectividades públicas<sup>15</sup> (não somente do município) instaladas no sector histórico, e os elevados custos de manutenção que estes exigem, significa que grande parte dos edifícios e a responsabilidade da sua manutenção não estão exclusivamente orientadas segundo a vontade de proprietários privados. Muitos destes imóveis não estão sequer inventariados.

---

<sup>15</sup> Câmara Municipal, a Universidade de Évora, a Fundação Eugénio de Almeida ou o Cabido de Évora são alguns dos organismos públicos que detêm a posse de vários edifícios intra-muros





44 Planta de Protecção Patrimonial  
fonte: CME



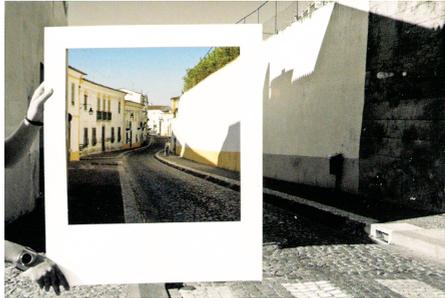
45 46



47 48

45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52 "ÉVORA - UM PASSADO COM FUTURO", Série de postais promovidos pelo Município de Évora, alusivas ao património da Cidade. O futuro do Património que Évora promove, surge aqui emoldurado e "congelado" na sua imagem iconográfica e pitoresca. O *slogan* revela-se assim algo contraditório, porque não reconhecemos nas imagens marcas de presente e muito menos de futuro.  
 Fonte: CME Junho de 2009

49 50



113

51 52





53 Portas e janelas do centro histórico. Denunciam o estado de abandono e ruína em que muitas das casas do centro histórico se encontram.

## 4.3

### CASA EM RUÍNA, CASA ABANDONADA

«As cidades em Portugal estão a envelhecer (...). Os bairros históricos no meio dessas cidades esvaziam-se, degradam-se com elas, habitados apenas por quem já não pensa em sair, pessoas pobres, doentes e idosos. A quantidade de edifícios ou apartamentos à venda (...) é muito impressionante. Alguns, a preço especulativos (...) nunca conseguirão comprador; outros (...) não encontram quem queira habitar as “zonas velhas”.»<sup>1</sup>

115

Manuel Graça Dias refere-se às cidades portuguesas em geral, mas particularizando, facilmente encaixaríamos a descrição citada, ao panorama urbano da Cidade de Évora.

“Casas Doentes”<sup>2</sup>, como em muitas áreas desestruturadas e como na grande parte das Shrinking cities, são um dos problemas urbanos mais visíveis e efectivos deste fenómeno. O centro histórico de Évora, tem-nas em crescente abundância.

As casas permanecem desabitadas, muitas vezes a circular entre o mercado imobiliário ou cativas na inoperância dos proprietários, permitindo simultaneamente que o seu estado de conservação se agrave. Na generalidade, os velhos telhados acabam por ruir, as caixilharias de madeira das velhas portas e janelas perdem a sua robustez e apodrecem, caem ou são vandalizadas, para depois serem substituídos por panos de tijolo ou taipais de madeira que as silenciam e cegam. As casas perdem relações de lugar, função, identidade. A rua, perde relações de vizinhança e de memória que tendem a apagar-se. A cidade perde coesão no seu todo, com estas bolsas de vazio intransponíveis em que as casas se tornam, com estes “pensos rápidos” de tijolo que começam por ser aplicações pontuais, mas acabam por se tornar comuns, alastrando-se por todo o velho centro.

A proliferação de vegetação, é um dos sintomas deste envelhecimento. Após o abandono dos edifícios – de presença humana, entenda-se -, a natureza vege-

<sup>1</sup> DIAS 2006:37

<sup>2</sup> Referência ao trabalho fotográfico do artista espanhol, Manuel Sedón, 2007

